

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

1

Legislação	Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014.
	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<b>Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</b>	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 12.</b> Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:	<b>“Art. 12. ....”</b>
VII - até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.	VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e
.....	.....” (NR)
<b>Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</b>	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 9º</b> As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real, observado o disposto neste artigo.	<b>“Art. 9º ....”</b>
§ 1º Poderão ser registrados como perda os créditos:	§ 1º .....
IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, relativamente à parcela que excede o valor que esta tenha se comprometido a pagar, observado o disposto no § 5º.	IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária ou vincendas, os limites a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso II do parágrafo anterior serão considerados em relação ao total dos créditos, por operação, com o mesmo devedor.
§ 2º No caso de contrato de crédito em que o não pagamento de uma ou mais parcelas implique o vencimento automático de todas as demais parcelas vincendas, os limites a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso II do parágrafo anterior serão considerados em relação ao total dos créditos, por operação, com o mesmo devedor.	§ 2º No caso de contrato de crédito em que o não pagamento de uma ou mais parcelas implique o vencimento automático de todas as demais parcelas vincendas, os limites a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso II do § 1º e as alíneas “a” e “b” do inciso II do § 7º serão considerados em relação ao total dos créditos, por operação, com o mesmo devedor.
.....	.....
§ 4º No caso de crédito com empresa em processo falimentar ou de concordata, a dedução da perda será admitida a partir da data da decretação da falência ou concessão da concordata, desde que a credora tenha adotado os procedimentos judiciais necessários	§ 4º No caso de crédito com pessoa jurídica em processo falimentar, em concordata ou em recuperação judicial, a dedução da perda será admitida a partir da data da decretação da falência ou deferimento do processamento da concordata ou



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

2

para o recebimento do crédito.	recuperação judicial, desde que a credora tenha adotado os procedimentos judiciais necessários para o recebimento do crédito.
§ 5º A parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela empresa concordatária não houver sido honrado pela pessoa jurídica em poderá, também, ser deduzida como perda, observadas as condições previstas neste artigo.	§ 5º A parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial poderá, também, ser deduzida como perda, observadas as condições previstas neste artigo.
§ 6º Não será admitida a dedução de perda no recebimento de créditos com pessoa jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou interligada, bem como com pessoa física que seja acionista controlador, sócio, titular ou administrador da pessoa jurídica credora, ou parente até o terceiro grau dessas pessoas físicas.	.....
	§ 7º Para os contratos inadimplidos a partir da data de publicação da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014, poderão ser registrados como perda os créditos:
	I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;
	II - sem garantia, de valor:
	a) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
	b) acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e
	c) superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
	III - com garantia, vencidos há mais de dois anos, de valor:
	a) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
	b) superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
	IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar, observado o disposto no § 5º.” (NR)
<b>Art. 10.</b> Os registros contábeis das perdas admitidas	<b>“Art. 10. ....”</b>



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

3

<p>nesta Lei serão efetuados a débito de conta de resultado e a crédito:</p> <p>I - da conta que registra o crédito de que trata a alínea a do inciso II do § 1º do artigo anterior;</p> <p>.....</p> <p><b>Art. 11.</b> Após dois meses do vencimento do crédito, sem que tenha havido o seu recebimento, a pessoa jurídica credora poderá excluir do lucro líquido, para determinação do lucro real, o valor dos encargos financeiros incidentes sobre o crédito, contabilizado como receita, auferido a partir do prazo definido neste artigo.</p> <p>§ 1º Ressalvadas as hipóteses das alíneas a e b do inciso II do § 1º do art. 9º, o disposto neste artigo somente se aplica quando a pessoa jurídica houver tomado as providências de caráter judicial necessárias ao recebimento do crédito.</p> <p>.....</p> <p><b>Art. 74.</b> O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de resarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.</p> <p>.....</p> <p>§ 17. Aplica-se a multa prevista no § 15, também, sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.</p> <p>.....</p> <p><b>Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</b></p> <p><b>Art. 8º</b> As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:</p> <p>.....</p> <p>§ 12. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições, nas hipóteses de importação de:</p> <p>.....</p> <p>XXXIX - álcool, inclusive para fins carburantes, durante o prazo de que trata o <a href="#">§ 1º do art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013</a>.</p> <p>.....</p> <p>§ 13. O Poder Executivo poderá regulamentar:</p>	<p>I - da conta que registra o crédito de que trata a alínea "a" do inciso II do § 1º do art. 9º e a alínea "a" do inciso II do § 7º do art. 9º;</p> <p>....." (NR)</p> <p><b>Art. 11.</b> .....</p> <p>§ 1º Ressalvadas as hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso II do § 1º do art. 9º, das alíneas "a" e "b" do inciso II do § 7º do art. 9º e da alínea "a" do inciso III do § 7º do art. 9º, o disposto neste artigo somente se aplica quando a pessoa jurídica houver tomado as providências de caráter judicial necessárias ao recebimento do crédito.</p> <p>....." (NR)</p> <p><b>Art. 74.</b> .....</p> <p>§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.</p> <p>....." (NR)</p> <p><b>Art. 3º</b> A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p><b>Art. 8º</b> .....</p> <p>§ 12. .....</p> <p>.....</p> <p>XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI.</p> <p>....." (NR)</p>
---	---



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

4

<b>Art. 28.</b> Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:	“ <b>Art. 28.</b> .....
XXXVI – (VETADO).	.....
Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXV do caput.	XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI.” (NR)
<b>Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004</b>	<b>Art. 4º</b> A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 4º</b> Para cada incorporação submetida ao regime especial de tributação, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% (quatro por cento) da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do seguinte imposto e contribuições:	“ <b>Art. 4º</b> .....
§ 6º Até 31 de dezembro de 2014, para os projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, cuja construção tenha sido iniciada ou contratada a partir de 31 de março de 2009, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos de que trata o caput será equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida.	§ 6º Até 31 de dezembro de 2018, para os projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, cuja construção tenha sido iniciada ou contratada a partir de 31 de março de 2009, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos de que trata o caput será equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida.” (NR)
<b>Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</b>	<b>Art. 5º</b> A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 30.</b> As disposições dos arts. 28 e 29 desta Lei:	“ <b>Art. 30.</b> .....
II - aplicam-se às vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2014.	II - aplicam-se às vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2018.” (NR)
<b>Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009</b>	<b>Art. 6º</b> A Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 2º</b> Até 31 de dezembro de 2014, a empresa construtora contratada para construir unidades habitacionais de valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a <a href="#">Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</a> , fica autorizada, em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalentes a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de construção.	“ <b>Art. 2º</b> Até 31 de dezembro de 2018, a empresa construtora contratada para construir unidades habitacionais de valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, fica autorizada, em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalentes a um por cento da receita mensal auferida pelo contrato de construção.” (NR)
<b>Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010</b>	<b>Art. 7º</b> A Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 5º</b> Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2014, a crédito presumido do	“ <b>Art. 5º</b> Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2018, a crédito presumido do



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

5

<p>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.</p> <p>.....</p> <p><b>Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012</b></p> <p><b>Art. 46.</b> A importação de mercadoria estrangeira não autorizada com fundamento na legislação de proteção ao meio ambiente, saúde, segurança pública ou emanante com fundamento na legislação relativa a atendimento a controles sanitários, fitossanitários e zoossanitários obriga o importador, imediatamente após a ciência de que não será autorizada a importação, a destruir ou a devolver diretamente ao exterior, no prazo de até trinta dias da ciência da mercadoria ao local onde originalmente foi embarcada, quando sua destruição no País não for autorizada pelo órgão competente.</p>	<p>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.</p> <p>.....” (NR)</p> <p><b>Art. 8º</b> A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p><b>Art. 46.</b> O importador de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada por órgão competente com fundamento na legislação relativa a meio ambiente, controles sanitários, fitossanitários e zoossanitários fica obrigado a devolver a mercadoria ao exterior, no prazo de até trinta dias da ciência da importação, a destruir ou a devolver diretamente ao exterior, no prazo de até trinta dias da ciência da mercadoria ao local onde originalmente foi autorizada pelo órgão competente.</p>
	<p>§ 1º Nos casos em que a legislação específica determinar, a devolução da mercadoria ao exterior deverá ser ao país de origem ou de embarque.</p>
	<p>§ 2º Quando julgar necessário, o órgão anuente determinará a destruição da mercadoria em prazo igual ou inferior ao previsto no caput.</p>
	<p>§ 3º As embalagens e as unidades de suporte ou de acondicionamento para transporte que se enquadrem na tipificação de não autorização de importação prevista no caput estão sujeitas à devolução ou à destruição de que trata este artigo, estejam ou não acompanhando mercadorias e independentemente da situação e do tratamento dispensado a essas mercadorias.</p>
<p>§ 1º A obrigação referida no caput será do transportador internacional da mercadoria importada, na hipótese de mercadoria acobertada por conhecimento de carga à conhecimento de carga à ordem ou consignada a pessoa inexiste ou com domicílio desconhecido no País.</p>	<p>§ 4º A obrigação de devolver ou de destruir será do transportador internacional na hipótese de mercadoria acobertada por conhecimento de carga à ordem, consignada a pessoa inexiste ou com domicílio desconhecido ou não encontrado no País.</p>
	<p>§ 5º Em casos justificados, os prazos para devolução ou para destruição poderão ser prorrogados, a critério do órgão anuente.</p>
<p>§ 2º No caso de descumprimento da obrigação de destruir ou de devolver a mercadoria a que se refere o caput e o § 1º, a autoridade aduaneira, no prazo de 5 (cinco) dias da ciência de que não será autorizada a importação:</p> <p>I - determinará ao depositário ou ao operador portuário, a quem tenha sido confiada a mercadoria, que proceda à sua devolução ou destruição, ouvido o órgão competente a que se refere o caput, em 5 (cinco) dias úteis; e</p> <p>II - aplicará ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$</p>	<p>§ 6º Decorrido o prazo para devolução ou para destruição da mercadoria, consideradas as prorrogações concedidas pelo órgão anuente, e não tendo sido adotada a providência, aplica-se ao infrator, importador ou transportador, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma ou fração da mercadoria, não inferior no total a R\$ 500,00 (quinhentos reais).</p>



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

6

10,00 (dez reais) por quilograma.	
§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º, o importador ou o transportador internacional, conforme o caso, fica obrigado a proceder à indenização civil do depositário ou operador portuário que devolver ao exterior ou destruir a mercadoria, pelas despesas incorridas.	
§ 4º Na hipótese de autorização para destruição da mercadoria em território brasileiro, aplica-se ainda ao responsável, importador ou transportador internacional, multa no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma.	
	§ 7º Transcorrido o prazo de dez dias, contado a partir do primeiro dia depois do termo final do prazo a que se refere o § 6º, e não tendo sido adotada a providência:
	I - o infrator, importador ou transportador, fica sujeito à multa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilograma ou fração da mercadoria, não inferior no total a R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo da penalidade prevista no § 6º;
§ 6º Na hipótese de descumprimento da determinação prevista no inciso I do § 2º pelo habilitado para operar no comércio exterior, na depositário ou operador portuário, aplica-se a sanção administrativa de suspensão da autorização para o Brasil, sem prejuízo do disposto no inciso I; e movimentação de cargas no recinto ou local, cabendo recurso com efeito meramente devolutivo.	II - o importador fica sujeito à suspensão da forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal da administração de suspensão da autorização para o Brasil, sem prejuízo do disposto no inciso I; e movimentação de cargas no recinto ou local, cabendo recurso com efeito meramente devolutivo.
§ 7º A suspensão a que se refere o § 6º produzirá efeitos até que seja efetuada a devolução ou destruição da mercadoria.	
	III - a obrigação de devolver ou de destruir a mercadoria passará a ser do depositário ou do operador portuário a quem tenha sido confiada, e nesse caso:
	a) será fixado novo prazo pelo órgão anuente para cumprimento da obrigação; e
	b) o depositário ou o operador portuário ficará sujeito à aplicação das disposições do § 6º e do caput e inciso I do § 7º.
	§ 8º Na hipótese a que se refere o inciso III do § 7º, o importador ou o transportador internacional, conforme o caso, fica obrigado a resarcir o depositário ou o operador portuário pelas despesas incorridas na devolução ou na destruição, sem prejuízo do pagamento pelos serviços de armazenagem prestados.
§ 5º No caso de extravio das mercadorias, será aplicada ao responsável multa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por quilograma.	§ 9º No caso de extravio da mercadoria, será aplicada ao responsável multa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por quilograma ou fração da mercadoria, não inferior no total a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
§ 8º Na hipótese de não ser destruída ou devolvida a	§ 10. Vencido o prazo estabelecido para devolução



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

7

mercadoria, no prazo de 60 (sessenta) dias da ciência a que se refere o § 2º ou da determinação a que se refere o inciso I do § 2º.	ou para destruição da mercadoria pelo depositário ou pelo operador portuário, consideradas as prorrogações concedidas pelo órgão anuente, e não tendo sido adotada a providência, poderá a devolução ou a destruição ser efetuada de ofício pelo órgão anuente, recaindo todos os custos sobre o importador ou o transportador internacional, conforme o caso.
I - será aplicada ao responsável pelo descumprimento da obrigação ou determinação multa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilograma, sem prejuízo das penalidades previstas nos §§ 2º, 4º e 6º; e	
II - poderá a devolução ou destruição ser efetuada de ofício, recaindo todos os custos sobre o responsável pela infração, importador ou transportador internacional.	
§ 9º O representante legal no País do transportador estrangeiro sujeita-se às obrigações previstas nos §§ 1º e 3º e responderá pelas multas e pelos resarcimentos previstos neste artigo, quando lhe forem atribuídos.	§ 11. O representante legal do transportador estrangeiro no País estará sujeito à obrigação prevista no § 4º e responderá pelas multas e resarcimentos previstos nos §§ 6º, 7º e 8º, quando estes forem atribuídos ao transportador.
	§ 12. O órgão anuente poderá efetuar de ofício e a qualquer tempo a destruição ou a devolução de mercadoria que, a seu critério, ofereça risco iminente.
§ 10. A apuração das infrações para efeito de aplicação das penalidades previstas neste artigo terá início com a lavratura do correspondente auto de infração por auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, observados o rito e as competências para julgamento estabelecidos:	§ 13. As intimações, inclusive para ciência dos prazos, e a aplicação das penalidades previstas neste artigo serão lavradas por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, observados a formalização em auto de infração, o rito e as competências para julgamento estabelecidos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.
I - no <a href="#">Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972</a> , no caso das multas; e	
II - no <a href="#">art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a> , no caso da sanção administrativa.	
§ 11. O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de outras penalidades, nem a representação fiscal para fins penais, quando cabível.	§ 14. O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de outras penalidades, nem a representação fiscal para fins penais, quando cabível.
	§ 15. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à mercadoria já desembaraçada e entregue, em relação a qual se verificou posteriormente alguma das hipóteses previstas no caput.
§ 12. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto neste artigo e estabelecer casos em que a devolução ou destruição de ofício deva ocorrer antes do prazo a que se refere o § 8º.	§ 16. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto neste artigo.” (NR)
§ 13. Para efeitos do disposto no § 9º, fica estabelecido que os agentes marítimos não se equiparam ao representante legal no País do transportador internacional.	
<b>Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003</b>	<b>Art. 9º</b> A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 1º</b> Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> , poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos,	<b>Art. 1º</b> Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

8

financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.	pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.
§ 2º O regulamento disporá sobre os limites de valor do empréstimo, da prestação consignável para os fins do caput e do comprometimento das verbas rescisórias para os fins do § 1º deste artigo.	.....
	§ 3º Os empregados de que trata o caput poderão solicitar o bloqueio, a qualquer tempo, de novos descontos.
	§ 4º O disposto no § 3º não se aplica aos descontos autorizados em data anterior à da solicitação do bloqueio.” (NR)
<b>Art. 2º</b> Para os fins desta Lei, considera-se:	“ <b>Art. 2º</b> .....
I - empregador, a pessoa jurídica assim definida pela legislação trabalhista;	I - empregador, a pessoa jurídica assim definida pela legislação trabalhista e o empresário a que se refere o Título I do Livro II da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei; e	IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;
V - verbas rescisórias, as importâncias devidas em dinheiro pelo empregador ao empregado em razão de rescisão do seu contrato de trabalho.	V - verbas rescisórias, as importâncias devidas em dinheiro pelo empregador ao empregado em razão de rescisão do seu contrato de trabalho;
	VI - instituição financeira mantenedora, a instituição a que se refere o inciso III do caput e que mantém as contas para crédito da remuneração disponível dos empregados;
	VII - desconto, ato de descontar, na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória, o valor das prestações assumidas em operações de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil; e
	VIII - remuneração disponível, os vencimentos, subsídios, soldos, salários ou remunerações, descontadas as consignações compulsórias.
§ 1º Para os fins desta Lei, são consideradas consignações voluntárias as autorizadas pelo empregado.	.....” (NR)
<b>Art. 3º</b> Para os fins desta Lei, são obrigações do empregador:	“ <b>Art. 3º</b> .....
II - tornar disponíveis aos empregados, bem como às respectivas entidades sindicais, as informações referentes aos custos referidos no § 2º deste artigo; e	II - tornar disponíveis aos empregados, bem como às respectivas entidades sindicais que as solicitem, as informações referentes aos custos referidos no § 2º; e



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

9

<p>III - efetuar os descontos autorizados pelo empregado em folha de pagamento e repassar o valor à instituição consignatária na forma e no prazo previstos em regulamento.</p> <p>.....</p> <p><b>Art. 4º</b> A concessão de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e seu regulamento.</p> <p>§ 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade sindical representativa da maioria dos empregados, sem ônus para estes, firmar, com os demais critérios a serem observados nos instituições consignatárias, acordo que defina empréstimos, financiamentos ou arrendamentos que condicões gerais e demais critérios a serem observados nos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos que venham a ser realizados com seus empregados.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º Uma vez observados pelo empregado todos os requisitos e condições definidos no acordo firmado, segundo o disposto no § 1º ou no § 2º deste artigo, não poderá a instituição consignatária negar-se a celebrar o empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil.</p> <p>.....</p> <p>§ 7º É vedada aos empregadores, entidades e centrais sindicais a cobrança de qualquer taxa ou exigência de contrapartida pela celebração ou pela anuência nos acordos referidos nos §§ 1º e 2º, bem como a inclusão neles de cláusulas que impliquem pagamento em seu favor, a qualquer título, pela realização das operações de que trata esta Lei, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º.</p> <p>.....</p> <p><b>Art. 5º</b> O empregador será o responsável pelas informações prestadas, pela retenção dos valores devidos e pelo repasse às instituições consignatárias, o qual deverá ser realizado até o quinto dia útil após a data de pagamento, ao mutuário, de sua remuneração mensal.</p> <p>§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em sentido contrário, não será co-responsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos concedidos aos mutuários, mas responderá sempre, como devedor principal e como devedor principal e solidário perante a instituição consignatária, por valores a ela devidos em razão de contratações por ele confirmadas na forma</p>	<p>III - efetuar os descontos autorizados pelo empregado, inclusive sobre as verbas rescisórias, e repassar o valor à instituição consignatária na forma e no prazo previstos em regulamento.</p> <p>.....” (NR)</p> <p><b>Art. 4º</b> .....</p> <p>§ 1º Poderá o empregador firmar com instituições consignatárias acordo que defina condições gerais e demais critérios a serem observados nos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos que venham a ser realizados com seus empregados, observados nos empréstimos, financiamentos ou arrendamentos que venham a ser realizados com seus empregados.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º Na hipótese de ser firmado um dos acordos a que se referem os §§ 1º ou 2º e sendo observados e atendidos pelo empregado todos os requisitos e condições nele previstos, inclusive as regras de concessão de crédito, não poderá a instituição consignatária negar-se a celebrar o empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil.</p> <p>.....</p> <p>§ 8º Fica o empregador ou a instituição consignatária obrigada a disponibilizar, inclusive em meio eletrônico, a opção de bloqueio de novos descontos.” (NR)</p> <p><b>Art. 5º</b> O empregador será o responsável pelas informações prestadas, pelo desconto dos valores devidos e pelo seu repasse às instituições consignatárias, que deverá ser realizado até o quinto dia útil após a data de pagamento ao mutuário de sua remuneração disponível.</p> <p>§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em sentido contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos concedidos aos seus empregados, mas responderá perante a instituição consignatária, por valores a ela devidos em razão de contratações por ele confirmadas na forma</p>
---	--



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

10

<p>ele confirmadas na forma desta Lei e seu regulamento, que deixarem, por sua falha ou culpa, de serem retidos ou repassados.</p> <p>§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento mensal do empréstimo, financiamento ou arrendamento foi descontado do mutuário e não foi repassado pelo empregador à instituição consignatária, fica ela proibida de incluir o nome do mutuário em qualquer cadastro de inadimplentes.</p> <p>§ 3º Caracterizada a situação do § 2º deste artigo, o empregador e os seus representantes legais ficarão sujeitos à ação de depósito, na forma prevista no Capítulo II do Título I do Livro IV do Capítulo II do Título I do Livro IV do Código de Processo Civil.</p> <p>§ 4º No caso de falência do empregador, antes do repasse das importâncias descontadas dos mutuários, fica assegurado à instituição consignatária o direito de pedir, na forma prevista em lei, a restituição das importâncias retidas.</p>	<p>desta Lei e de seu regulamento que deixarem, por sua falha ou culpa, de ser retidos ou repassados.</p> <p>§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento mensal do empréstimo, financiamento ou arrendamento tenha sido descontado do mutuário e não tenha sido repassado pelo empregador, ou pela instituição financeira mantenedora, na forma do § 5º, à instituição consignatária, fica esta proibida de incluir o nome do mutuário em cadastro de inadimplentes.</p> <p>§ 3º Na hipótese de ocorrência da situação descrita no § 2º, é cabível o ajuizamento de ação de depósito, nos termos do Capítulo II do Título I do Livro IV da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, em face do empregador, ou da instituição financeira mantenedora, se responsável pelo desconto, na forma do § 5º, e de seus representantes legais.</p> <p>.....</p>
	<p>§ 5º O acordo firmado entre o empregador e a instituição financeira mantenedora poderá prever que a responsabilidade pelo desconto de que trata o caput será da instituição financeira mantenedora.” (NR)</p>
	<p><b>Art. 10.</b> Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel as seguintes informações: (Vigência)</p>
	<p>I - registro de citação de ações reais ou pessoais reipersecutórias;</p>
	<p>II - averbação, por solicitação do interessado, de constrição judicial, do ajuizamento de ação de execução ou de fase de cumprimento de sentença, procedendo-se nos termos previstos do art. 615-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil;</p>
	<p>III - averbação de restrição administrativa ou convencional ao gozo de direitos registrados, de indisponibilidade ou de outros ônus quando previstos em lei; e</p>
	<p>IV - averbação, mediante decisão judicial, da existência de outro tipo de ação cujos resultados ou responsabilidade patrimonial possam reduzir seu proprietário à insolvência, nos termos do inciso II do art. 593 do Código de Processo Civil.</p>
	<p>Parágrafo único. Não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no Registro de</p>



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

11

	Imóveis, inclusive para fins de evicção, ao terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel, ressalvados o disposto nos art. 129 e art. 130 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e as hipóteses de aquisição e extinção da propriedade que independam de registro de título de imóvel.
	<b>Art. 11.</b> A alienação ou oneração de unidades autônomas integrantes de incorporação imobiliária, parcelamento do solo ou condomínio de lotes de terreno urbano, devidamente registrada, não poderá ser objeto de evicção ou de decretação de ineeficácia, mas eventuais credores do alienante ficam subrogados no preço ou no eventual crédito imobiliário, sem prejuízo das perdas e danos imputáveis ao incorporador ou empreendedor, decorrentes de seu dolo ou culpa, bem como da aplicação das disposições constantes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
	<b>Art. 12.</b> A averbação na matrícula do imóvel prevista no inciso IV do art. 10 será realizada por determinação judicial e conterá a identificação das partes, o valor da causa e o juízo para o qual a petição inicial foi distribuída.
	§ 1º Para efeito de inscrição, a averbação de que trata o caput é considerada sem valor declarado.
	§ 2º A averbação de que trata o caput será gratuita àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.
	§ 3º O Oficial do Registro Imobiliário deverá comunicar ao juízo a averbação efetivada na forma do caput, no prazo de até dez dias contado da sua concretização.
	<b>Art. 13.</b> Recebida a comunicação da determinação de que trata o caput do art. 12, será feita a averbação ou serão indicadas as pendências a serem satisfeitas para sua efetivação no prazo de cinco dias. (Vigência)
	<b>Art. 14.</b> O disposto nesta Medida Provisória não se aplica a imóveis que façam parte do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas fundações e autarquias. (Vigência)
<b>Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985</b>	<b>Art. 15.</b> A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações: (Vigência)
<b>Art 1º -</b> Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além dos documentos de identificação das partes, somente serão apresentados os documentos expressamente determinados nesta Lei.	<b>“Art. 1º .....</b>
.....	.....
§ 2º - O Tabelião consignará no ato notarial, a	§ 2º O Tabelião consignará no ato notarial a



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

12

apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão inter vivos, as certidões fiscais, feitos ajuizados, e ônus reais, ficando dispensada sua transcrição.	apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão inter vivos, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais, ficando dispensada sua transcrição.
.....	.....” (NR)
<b>Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</b>	<b>Art. 16.</b> A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 41.</b> A partir da implementação do sistema de registro eletrônico de que trata o art. 37, os serviços de registros públicos disponibilizarão ao Poder Executivo federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.	<b>Art. 41.</b> A partir da implementação do sistema de registro eletrônico de que trata o art. 37, os serviços de registros públicos disponibilizarão ao Poder Executivo federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.
	Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput ensejará a aplicação das penas previstas nos incisos II a IV do caput art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.” (NR)
	<b>Art. 17.</b> Os registros e averbações relativos a atos jurídicos anteriores a esta Medida Provisória devem ser ajustados aos seus termos em até dois anos, contados do início de sua vigência. (Vigência)
	<b>Art. 18.</b> A Letra Imobiliária Garantida (LIG) é título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, garantido por Carteira de Ativos submetida ao regime fiduciário disciplinado na forma desta Medida Provisória.
	Parágrafo único. A instituição emissora responde pelo adimplemento de todas as obrigações decorrentes da LIG, independentemente da suficiência da Carteira de Ativos.
	<b>Art. 19.</b> A LIG consiste em promessa de pagamento em dinheiro e será emitida por instituições financeiras, exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil, com as seguintes características:
	I - a denominação “Letra Imobiliária Garantida”;
	II - o nome da instituição financeira emitente;
	III - o nome do titular;
	IV - o número de ordem, o local e a data de emissão;
	V - o valor nominal;
	VI - a data de vencimento;
	VII - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;
	VIII - outras formas de remuneração, quando houver, inclusive baseadas em índices ou taxas de conhecimento público;
	IX - a cláusula de correção pela variação cambial, quando houver;
	X - a forma, a periodicidade e o local de pagamento;



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

13

	XI - a identificação da Carteira de Ativos;
	XII - a identificação e o valor dos créditos imobiliários e demais ativos que integram a Carteira de Ativos;
	XIII - a instituição do regime fiduciário sobre a Carteira de Ativos, nos termos desta Medida Provisória;
	XIV - a identificação do agente fiduciário, indicando suas obrigações, responsabilidades e remuneração, bem como as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição e as demais condições de sua atuação; e
	XV - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver.
	§ 1º A LIG é título executivo extrajudicial e pode:
	I - ser executada, independentemente de protesto, com base em certidão de inteiro teor emitida pelo depositário central;
	II - gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão, em função de seus critérios de remuneração; e
	III - ser atualizada mensalmente por índice de preços, desde que emitida com prazo mínimo de trinta e seis meses.
	§ 2º É vedado o pagamento dos valores relativos à atualização monetária apropriados desde a emissão, quando ocorrer o resgate antecipado, total ou parcial, em prazo inferior ao estabelecido no inciso III do § 1º, da LIG emitida com previsão de atualização mensal por índice de preços.
	<b>Art. 20.</b> A LIG e os ativos que integram a Carteira de Ativos devem ser depositados em entidade autorizada a exercer a atividade de depósito centralizado pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.
	Parágrafo único. Na hipótese de ativos que não se qualifiquem para o depósito centralizado, deve ser efetuado o seu registro em entidade autorizada, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências, a exercer a atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, nos termos da Lei nº 12.810, de 2013.
	<b>Art. 21.</b> A Carteira de Ativos pode ser integrada pelos seguintes ativos:
	I - créditos imobiliários;
	II - títulos de emissão do Tesouro Nacional;
	III - instrumentos derivativos contratados por meio de contraparte central garantidora; e
	IV - outros ativos que venham a ser autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

14

	§ 1º Os ativos que integram a Carteira de Ativos não podem estar sujeitos a qualquer tipo de ônus, exceto aqueles relacionados à garantia dos direitos dos titulares das LIG.
	§ 2º Compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as modalidades de operação de crédito admitidas como créditos imobiliários para os efeitos desta Medida Provisória.
	§ 3º O crédito imobiliário somente pode integrar a Carteira de Ativos se:
	I - garantido por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel; ou
	II - a incorporação imobiliária objeto da operação de crédito estiver submetida ao regime de afetação a que se refere o art. 31-A, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.
	<b>Art. 22.</b> A Carteira de Ativos deve atender a requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.
	§ 1º Os requisitos de que trata o caput devem contemplar, no mínimo:
	I - as características dos ativos da Carteira de Ativos quanto às garantias e ao risco de crédito;
	II - a participação dos tipos de ativos previstos no art. 21 no valor total da Carteira de Ativos;
	III - o excesso do valor total da Carteira de Ativos em relação ao valor total das LIG por ela garantidas;
	IV - o prazo médio ponderado da Carteira de Ativos em relação ao prazo médio ponderado das LIG por ela garantidas;
	V - a mitigação do risco cambial, no caso de LIG com cláusula de correção pela variação cambial.
	§ 2º O excesso a que se refere o inciso III do § 1º não pode ser inferior a cinco por cento.
	<b>Art. 23.</b> A instituição emissora deve instituir regime fiduciário sobre a Carteira de Ativos, sendo agente fiduciário instituição financeira ou entidade autorizada para esse fim pelo Banco Central do Brasil e beneficiários os titulares das LIG por ela garantidas.
	<b>Art. 24.</b> O regime fiduciário é instituído mediante registro em entidade qualificada como depositário central de ativos financeiros, que deve conter:
	I - a constituição do regime fiduciário sobre a Carteira de Ativos;
	II - a constituição de patrimônio de afetação, integrado pela totalidade dos ativos da Carteira de Ativos submetida ao regime fiduciário;
	III - a afetação dos ativos que integram a Carteira de Ativos como garantia das LIG; e



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

15

	IV - a nomeação do agente fiduciário, com a definição de seus deveres, responsabilidades e remuneração, bem como as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição e as demais condições de sua atuação.
	<b>Art. 25.</b> Os ativos que integram a Carteira de Ativos submetida ao regime fiduciário constituem patrimônio de afetação, que não se confunde com o da instituição emissora, e:
	I - não são alcançados pelos efeitos da decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição emissora, não integrando a massa concursal;
	II - não respondem direta ou indiretamente por dívidas e obrigações da instituição emissora, por mais privilegiadas que sejam, até o pagamento integral dos montantes devidos aos titulares das LIG;
	III - não podem ser objeto de arresto, sequestro, penhora, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em decorrência de outras obrigações da instituição emissora; e
	IV - não podem ser utilizados para realizar ou garantir obrigações assumidas pela instituição emissora, exceto as decorrentes da emissão da LIG.
	<b>Art. 26.</b> Os recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da Carteira de Ativos ficam liberados do regime fiduciário a que se refere o art. 23, desde que atendidos os requisitos de que trata o art. 22 e adimplidas as obrigações vencidas das LIG por ela garantidas.
	<b>Art. 27.</b> O regime fiduciário sobre a Carteira de Ativos extingue-se pelo pagamento integral do principal, juros e demais encargos relativos às LIG por ela garantidas.
	<b>Art. 28.</b> Compete à instituição emissora administrar a Carteira de Ativos, mantendo controles contábeis que permitam a sua identificação, bem como evidenciar, em suas demonstrações financeiras, informações a ela referentes.
	<b>Art. 29.</b> A instituição emissora deve promover o reforço ou a substituição de ativos que integram a Carteira de Ativos sempre que verificar insuficiência ou inadequação dessa em relação aos requisitos de que tratam os arts. 21 e 22.
	<b>Art. 30.</b> A instituição emissora e o depositário central devem assegurar ao agente fiduciário o acesso a todas as informações e aos documentos necessários ao desempenho de suas funções.
	<b>Art. 31.</b> A instituição emissora responde pela origem e autenticidade dos ativos que integram a Carteira de Ativos.
	<b>Art. 32.</b> A instituição emissora responderá pelos



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

16

	prejuízos que causar aos investidores titulares da LIG por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade da Carteira de Ativos.
	<b>Art. 33.</b> A instituição emissora deve designar o agente fiduciário, especificando, na constituição do regime fiduciário de que trata o art. 23, suas obrigações, responsabilidades e remuneração, bem como as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição e as demais condições de sua atuação.
	<b>Art. 34.</b> O agente fiduciário deve ser instituição financeira ou outra entidade autorizada para esse fim pelo Banco Central do Brasil.
	§ 1º É vedado o exercício da atividade de agente fiduciário por entidades ligadas à instituição emissora.
	§ 2º Compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer o conceito de entidade ligada à instituição emissora para os efeitos desta Medida Provisória.
	<b>Art. 35.</b> Ao agente fiduciário são conferidos poderes gerais de representação da comunhão de investidores titulares de LIG, incumbindo-lhe, adicionalmente às atribuições definidas pelo Conselho Monetário Nacional:
	I - zelar pela proteção dos direitos e interesses dos investidores titulares de LIG, monitorando a atuação da instituição emissora da LIG na administração da Carteira de Ativos;
	II - adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos investidores titulares;
	III - convocar a assembleia geral dos investidores titulares de LIG; e
	IV - exercer, nas hipóteses a que se refere o art. 39, a administração da Carteira de Ativos, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
	<b>Art. 36.</b> As infrações a esta Medida Provisória e às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil sujeitam o agente fiduciário, seus administradores e os membros de seus órgãos estatutários ou contratuais, às penalidades previstas na legislação aplicável às instituições financeiras.
	<b>Art. 37.</b> No exercício de suas atribuições de fiscalização, o Banco Central do Brasil poderá exigir do agente fiduciário a exibição de documentos e livros de escrituração e o acesso, inclusive em tempo real, aos dados armazenados em sistemas eletrônicos.
	Parágrafo único. A negativa de atendimento ao



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

17

	disposto no caput será considerada infração, sujeita às penalidades a que se refere o art. 36.
	<b>Art. 38.</b> A assembleia geral dos investidores titulares de LIG deve ser convocada com antecedência mínima de vinte dias, mediante edital publicado em jornal de grande circulação na praça em que tiver sido feita a emissão da LIG, instalando-se, em primeira convocação, com a presença dos titulares que representem, pelo menos, dois terços do valor global dos títulos e, em segunda convocação, com qualquer número.
	§ 1º A assembleia geral que reunir a totalidade dos investidores titulares de LIG pode considerar sanada a falta de atendimento aos requisitos mencionados no caput.
	§ 2º Consideram-se válidas as deliberações tomadas pelos investidores titulares de LIG que representem mais da metade do valor global dos títulos presente na assembleia geral, desde que não estabelecido formalmente outro quorum específico.
	<b>Art. 39.</b> Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falênciа da instituição emissora, o agente fiduciário fica investido de mandato para administrar a Carteira de Ativos, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
	§ 1º O agente fiduciário investido de mandato para administrar a Carteira de Ativos tem poderes para ceder, alienar, renegociar, transferir ou de qualquer outra forma dispor dos ativos dela integrantes, incluindo poderes para ajuizar ou defender os investidores titulares de LIG em ações judiciais, administrativas ou arbitrais relacionadas à Carteira de Ativos.
	§ 2º Em caso de decretação de qualquer dos regimes a que se refere o caput:
	I - os ativos integrantes da Carteira de Ativos serão destinados exclusivamente ao pagamento do principal, dos juros e dos demais encargos relativos às LIG por ela garantidas, e ao pagamento das obrigações decorrentes de contratos de derivativos integrantes da carteira, dos seus custos de administração e de obrigações fiscais, não se aplicando aos recursos financeiros provenientes desses ativos o disposto no art. 26; e
	II - o agente fiduciário deverá convocar a assembleia geral dos investidores, observados os requisitos do art. 38.
	<b>Art. 40.</b> A assembleia geral dos investidores titulares de LIG, convocada em função das hipóteses previstas no art. 39, está legitimada a adotar qualquer medida pertinente à administração da Carteira de Ativos, desde que observadas as condições estabelecidas pelo



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

18

	Conselho Monetário Nacional.
	<b>Art. 41.</b> O reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, do estado de insolvência de instituição emissora que, nos termos da legislação em vigor, não estiver sujeita à intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, produz os mesmos efeitos estabelecidos nos arts. 39 e 40.
	<b>Art. 42.</b> Uma vez liquidados integralmente os direitos dos investidores titulares de LIG e satisfeitos os encargos, custos e despesas relacionados ao exercício desses direitos, os ativos excedentes da Carteira de Ativos serão integrados à massa concursal.
	<b>Art. 43.</b> Em caso de insuficiência da Carteira de Ativos para a liquidação integral dos direitos dos investidores das LIG por ela garantidas, esses terão direito de inscrever o crédito remanescente na massa concursal em igualdade de condições com os credores quirografários.
	<b>Art. 44.</b> Em caso de solvência da Carteira de Ativos, definida conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, fica vedado o vencimento antecipado das LIG por ela garantidas, ainda que decretados os regimes de que trata o art. 39 ou reconhecida a insolvência da instituição emissora, nos termos do art. 41.
	<b>Art. 45.</b> Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos e ganhos de capital produzidos pela LIG quando o beneficiário for:  I - pessoa física residente no país; ou  II - residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
	Parágrafo único. No caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, aplicar-se-á a alíquota de 15%.
	<b>Art. 46.</b> O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto nesta Medida Provisória quanto à LIG, em especial os seguintes aspectos:  I - condições de emissão da LIG;  II - tipos de instituição financeira autorizada a emitir LIG, inclusive podendo estabelecer requisitos específicos para a emissão;
	III - limites de emissão da LIG, inclusive o de emissão de LIG com cláusula de correção pela variação cambial, observado o disposto no parágrafo único;
	IV - utilização de índices, taxas ou metodologias de



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

19

	remuneração da LIG;
	V - prazo de vencimento da LIG;
	VI - prazo médio ponderado da LIG, não podendo ser inferior a vinte e quatro meses;
	VII - condições de resgate e de vencimento antecipado da LIG;
	VIII - forma e condições para o registro e depósito da LIG e dos ativos que integram a Carteira de Ativos;
	IX - requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez da Carteira de Ativos, inclusive quanto às metodologias de apuração;
	X - condições de substituição e reforço dos ativos que integram a Carteira de Ativos;
	XI - requisitos para atuação como agente fiduciário e as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição;
	XII - atribuições do agente fiduciário;
	XIII - condições de administração da Carteira de Ativos; e
	XIV - condições de utilização de instrumentos derivativos.
	Parágrafo único. No primeiro ano de aplicação desta Medida Provisória, o limite de emissão de LIG com cláusula de correção pela variação cambial, previsto no inciso III do caput, não pode ser superior, para cada emissor, a cinquenta por cento do respectivo saldo total de LIG emitidas.
	<b>Art. 47.</b> Aplica-se à LIG, no que não contrariar o disposto nesta Medida Provisória, a legislação cambiária.
	<b>Art. 48.</b> A distribuição e a oferta pública da LIG observarão o disposto em regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.
	<b>Art. 49.</b> Não se aplica à LIG e aos ativos que integram a Carteira de Ativos o disposto no art. 76 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
	<b>Art. 50.</b> Compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
	§ 1º As normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional devem priorizar o financiamento imobiliário, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.
	§ 2º As normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional poderão:
	I - indicar as instituições autorizadas a captar depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo;



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

20

	II - estabelecer outras formas de direcionamento, inclusive, a aplicação dos recursos de que trata o caput em operações de empréstimos para pessoas naturais, garantidas por alienação fiduciária de coisa imóvel; e
	III - fixar índices de atualização para as operações com os recursos de que trata o caput, diferenciando, caso seja necessário, as condições contratuais de acordo com o indexador adotado.
	§ 3º A aplicação em operações de empréstimos para pessoas naturais, garantidas por alienação fiduciária de coisa imóvel, prevista no inciso II do § 2º, não pode ser superior a três por cento da base de cálculo do direcionamento dos depósitos de poupança de que trata este artigo.
	§ 4º Ficam convalidados todos os atos do Conselho Monetário Nacional que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o caput.
<b>Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004</b>	<b>Art. 51.</b> A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 17.</b> O Banco Central do Brasil poderá estabelecer o prazo mínimo e outras condições para emissão e resgate de LCI, observado o disposto no art. 13 desta Lei.	<b>Art. 17.</b> O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer o prazo mínimo e outras condições para emissão e resgate de LCI, observado o disposto no art. 13 desta Lei, podendo inclusive diferenciar tais condições de acordo com o tipo de indexador adotado contratualmente.” (NR)
<b>Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004</b>	<b>Art. 52.</b> A Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 49.</b> Cabe ao Conselho Monetário Nacional expedir as instruções que se fizerem necessárias à execução das disposições desta Lei referentes ao CDA, ao WA, ao CDCA, à LCA e ao CRA.	<b>Art. 49.</b> Cabe ao Conselho Monetário Nacional regulamentar as disposições desta Lei referentes ao CDA, ao WA, ao CDCA, à LCA e ao CRA, podendo inclusive estabelecer prazos mínimos e outras condições para emissão e resgate e diferenciar tais condições de acordo com o tipo de indexador adotado contratualmente.” (NR)
<b>Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997</b>	<b>Art. 53.</b> A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 41.</b> O Ministro de Estado da Fazenda poderá expedir as instruções que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Lei.	<b>Art. 41.</b> O Conselho Monetário Nacional poderá regulamentar o disposto nesta Lei, inclusive estabelecer prazos mínimos e outras condições para emissão e resgate de CRI e diferenciar tais condições de acordo com o tipo de crédito imobiliário vinculado à emissão e com o indexador adotado contratualmente.” (NR)
<b>Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005</b>	<b>Art. 54.</b> A Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 1º</b> A União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, para fins do disposto no <u>inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal</u> , poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios celebrar convênios com o Distrito Federal e os que assim optarem, visando a delegar as atribuições Municipais que assim optarem, visando a delegar as de fiscalização, inclusive a de lançamento dos atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança administrativa e	<b>Art. 1º</b> A União, para fins do disposto no inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição, poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições Municipais que assim optarem, visando a delegar as de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança administrativa e



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

21

<p>dos créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de que trata o inciso VI do art. 153 da Constituição Federal, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p>Receita Federal.</p>	<p>judicial do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de que trata o inciso VI do caput do art. 153 da Constituição, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>
<p>§ 2º A opção de que trata o caput deste artigo não poderá implicar redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.</p>	<p>§ 3º Ao Distrito Federal e aos Municípios que celebrarem o convênio referido no caput, serão delegadas a inscrição em dívida ativa distrital ou municipal e a cobrança judicial do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, não se aplicando o § 4º do art. 2º da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980.” (NR)</p>
<p><b>Art. 2º</b> A Secretaria da Receita Federal baixará ato estabelecendo os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios de que trata o art. 1º desta Lei.</p>	<p>“<b>Art. 2º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional baixarão atos estabelecendo os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios de que trata o art. 1º desta Lei.” (NR)</p>
<p><b>Art. 55.</b> Esta Medida Provisória entra em vigor:</p>	<p>I - a partir de 1º de janeiro de 2015, em relação ao art. 3º;</p>
<p>II - trinta dias após a sua publicação em relação aos arts. 9º a 17; e</p>	<p>III - a partir da data de sua publicação, em relação aos demais artigos.</p>
<p><b>Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964</b></p> <p><b>Art. 44.</b> O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário poderão colocar no mercado de capitais "letras imobiliárias" de sua emissão.</p> <p>§ 1º A letra imobiliária é promessa de pagamento e quando emitida pelo Banco Nacional da Habitação será garantida pela União Federal.</p> <p>§ 2º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário terão preferência sobre os bens do ativo da sociedade emitente em relação a quaisquer outros créditos contra a sociedade, inclusive os de natureza fiscal ou parafiscal.</p> <p>§ 3º Às Sociedades de Crédito Imobiliário é vedado emitir debêntures ou obrigações ao portador, salvo Letras Imobiliárias.</p> <p>§ 4º As letras imobiliárias emitidas por sociedades de crédito imobiliário poderão ser garantidas com a coobrigação de outras empresas privadas.</p> <p><b>Art. 45.</b> O certificado ou título de letra imobiliária deve conter as seguintes declarações lançadas no seu contexto:</p> <p>a) a denominação "letra imobiliária" e a referência à</p>	<p>I - imediatamente, os <b>arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964</b>, o art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e os §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e</p>



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

22

presente lei;
b) a denominação do emitente, sua sede, capital e reserva, total dos recursos de terceiros e de aplicações;
c) o valor nominal por referência à Unidade Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação (artigo 52);
d) a data do vencimento, a taxa de juros e a época do seu pagamento;
e) o número de ordem bem como o livro, fôlha e número da inscrição no Livro de Registro do emitente;
f) a assinatura do próprio punho do representante ou representantes legais do emitente;
g) o nome da pessoa a quem deverá ser paga no caso de letra nominativa.
Parágrafo único. O titular da letra imobiliária terá ação executiva para a cobrança do respectivo principal e juros.
<b>Art. 46.</b> O Banco Nacional da Habitação e as sociedades de crédito imobiliário manterão obrigatoriamente um "Livro de Registro de Letras Imobiliárias Nominativas", no qual serão inscritas as Letras nominativas e averbadas as transferências e constituição de direitos sobre as mesmas.
Parágrafo único. O Livro de Registro de Letras Imobiliárias nominativas das sociedades de crédito imobiliário será autenticado no Banco Nacional da Habitação e o seu modelo e escrituração obedecerão às normas fixadas pelo mesmo Banco.
<b>Art. 47.</b> As Letras Imobiliárias poderão ser ao portador ou nominativas, transferindo-se as primeiras por simples tradição e as nominativas:
a) pela averbação do nome do adquirente no Livro de Registro e no próprio certificado efetuada pelo emitente ou pela emissão de novo certificado em nome do adquirente, inscrito no Livro de Registro;
b) mediante endôssio em prêto no próprio título, datado e assinado pelo endossante.
§ 1º Aquêle que pedir a averbação da letra em favor de terceiro ou a emissão de novo certificado em nome desse deverá provar perante o emitente sua identidade e o poder de dispor da letra.
§ 2º O adquirente que pediu a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado deve apresentar ao emitente da letra o instrumento da aquisição, que será por este arquivado.
§ 3º A transferência mediante endôssio não terá eficácia perante o emitente enquanto não fôr feita a averbação no Livro de Registro e no próprio título, mas o endossatário que demonstrar ser possuidor do título com base em série-contínua de endossos, tem direito a obter a averbação da transferência, ou a



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

23

emissão de novo título em seu nome ou no nome que indicar.

**Art. 48.** Os direitos constituídos sobre as letras imobiliárias nominativas só produzem efeitos perante o emitente depois de anotadas no Livro de Registro.

Parágrafo único. As letras poderão, entretanto, ser dadas em penhor ou mandato mediante endosso, com a expressa indicação da finalidade e, a requerimento do credor pignoratício ou do titular da letra, o seu emitente averbará o penhor no Livro de Registro.

**Art. 49.** O emitente da letra fiscalizará, por ocasião da averbação ou substituição, a regularidade das transferências ou onerações da letra.

§ 1º As dúvidas suscitadas entre o emitente e o titular da letra ou qualquer interessado, a respeito das inscrições ou averbações previstas nos artigos anteriores, serão dirimidas pelo juiz competente para solucionar as dúvidas levantadas pelos oficiais dos Registros Públicos, excetuadas as questões atinentes à substância do direito.

§ 2º A autenticidade do endosso não poderá ser posta em dúvida pelo emitente da letra, quando atestada por corretor de fundos públicos, Cartório de Ofício de Notas ou abonada por Banco.

§ 3º Nas vendas judiciais, o emitente averbará a carta de arrematação como instrumento de transferência.

§ 4º Nas transferências feitas por procurador, ou representante legal do cedente, o emitente fiscalizará a regularidade da representação e arquivará o respectivo instrumento.

**Art. 50.** No caso de perda ou extravio do certificado da Letra Imobiliária nominativa, cabe ao respectivo titular, ou aos seus sucessores requerer a expedição de outra via ...[\(Vetado\)](#).

**Art. 51.** As letras imobiliárias serão cotadas nas bolsas de valores.

**Art. 52.** A fim de manter a uniformidade do valor unitário em moeda corrente e das condições de reajustamento das letras em circulação, todas as letras imobiliárias emitidas pelo Banco Nacional da Habitação e pelas sociedades de crédito imobiliário terão valor nominal correspondente à Unidade Padrão de Capital do referido Banco, permitida a emissão de títulos múltiplos dessa Unidade.

§ 1º Unidade-Padrão de Capital do Banco Nacional da Habitação corresponderá a dez mil cruzeiros, com o poder aquisitivo do cruzeiro em fevereiro de 1964.

§ 2º O valor em cruzeiros correntes da Unidade-Padrão do capital será reajustado semestralmente, com base nos índices do Conselho Nacional de Economia, referidos no art. 5º, § 1º, desta Lei.

§ 3º Os reajustamentos entrarão em vigor 60 (sessenta) dias após a publicação dos índices



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

24

<p>referidos no parágrafo anterior.</p> <p>§ 4º O valor nominal da letra imobiliária, para efeitos de liquidação do seu principal e cálculo dos juros devidos, será o do valor reajustado da Unidade-Padrão de Capital no momento do vencimento ou pagamento do principal ou juros, no caso do título simples, ou êsse valor multiplicado pelo número de Unidades-Padrão de Capital a que correspondem a letra, no caso de título múltiplo.</p> <p>§ 5º Das letras imobiliárias devem constar, obrigatoriamente, as condições de resgate quando seu vencimento ocorrer entre duas alterações sucessivas do valor de Unidade-Padrão de Capital, as quais poderão incluir correção monetária do saldo devedor, a partir da última alteração da Unidade-Padrão até a data do resgate.</p> <p><b>Art. 53.</b> As letras imobiliárias vencerão o juro de, no máximo 8% (oito por cento) ao ano, e não poderão ter prazo de resgate inferior a 2 (dois) anos.</p>	
<p><b>Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000</b></p> <p><b>Art. 28.</b> Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da <a href="#">Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964</a>.</p> <p>Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o caput.</p>	I - imediatamente, os arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o <b>art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000</b> , e os §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e
<p><b>Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</b></p> <p><b>Art. 74.</b> O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.</p>	
<p>.....</p> <p>§ 15. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido.</p> <p>§ 16. O percentual da multa de que trata o § 15 será de 100% (cem por cento) na hipótese de ressarcimento obtido com falsidade no pedido apresentado pelo sujeito passivo.</p>	I - imediatamente, os arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e os §§ 15 e 16 do <b>art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</b> ; e
<p><b>Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991</b></p> <p><b>Art. 18.</b> Os saldos devedores e as prestações dos contratos celebrados até 24 de novembro de 1986 por entidades integrantes dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento (SFH e SFS), com cláusula de atualização monetária pela variação da UPC, da OTN, do Salário Mínimo ou do Salário Mínimo de Referência, passam, a partir de fevereiro</p>	



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014

25

de 1991, a ser atualizados pela taxa aplicável à remuneração básica dos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia 1º, mantidas a periodicidade e as taxas de juros estabelecidas contratualmente.

.....  
§ 2º Os contratos celebrados a partir da vigência da II - a partir da data de entrada em vigor da medida provisória que deu origem a esta lei pelas regulamentação de que trata o inciso III do § 2º do art. 52, o § 2º do art. 18 e o art. 18-A da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.  
atualização pela remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia de assinatura dos respectivos contratos.

.....  
**Art. 18-A.** Os contratos celebrados a partir de 13II - a partir da data de entrada em vigor da setembro de 2006 pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e do Sistema Financeiro do Saneamento - SFS, com 8.177, de 1º de março de 1991.  
recursos de Depósitos de Poupança, poderão ter cláusula de atualização pela remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia de assinatura dos respectivos contratos, vedada a utilização de outros indexadores.  
Parágrafo único. Na hipótese da celebração de contrato sem a cláusula de atualização mencionada no caput deste artigo, ao valor máximo da taxa efetiva de juros de que trata o art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, poderá ser acrescido, no máximo, o percentual referente à remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança, anualizado conforme metodologia a ser estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

25

